



119
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332237-0

COMARCA: Goiana

APELANTE: Município de Goiana

APELADA: Ana Maria da Cruz Alcoforado

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. VENCIMENTOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIO. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 16/99. ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 6.123/68. APLICABILIDADE IMEDIATA NO ÂMBITO MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. AUTONOMIA DO ENTE FEDERATIVO. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. De início, afastou-se a arguição de prescrição dos próprios quinquênios, pois a prestação pecuniária pretendida renova-se mensalmente, consistindo em relação de trato sucessivo, reabrindo-se o prazo prescricional a cada omissão mensal do pagamento correto, prescrevendo apenas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação. 2. No mérito, anotou-se que a Lei Municipal nº 1.574/89 (art. 1º) expressamente determina a aplicação, no âmbito municipal, do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68). 3. Assim, o direito da autora à percepção dos quinquênios (respeitado o prazo prescricional), não poderia ser automaticamente suprimido em razão das modificações operadas na legislação estadual, diante da imprescindibilidade da edição de Lei Municipal que extinga a referida vantagem. 4. Manteve-se a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que a sua fixação decorreu da apreciação equitativa, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, sobretudo, a pouca expressão econômica da base de cálculo (eis que a condenação global é de valor pequeno). 5. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a: (i) corrigir o erro material do dispositivo da sentença, explicitando que as gratificações adicionais por tempo de serviço devem ser calculadas sobre o vencimento do cargo, correspondente a 5% (cinco por cento) por quinquênio de efetivo exercício prestado ao Município; e (ii) determinar que a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança, mantendo íntegros os demais termos da sentença *a quo*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0332237-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de  de 2014 (data do julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

114
LW



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332237-0
COMARCA: Goiana
APELANTE: Município de Goiana
APELADA: Ana Maria da Cruz Alcoforado
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação Ordinária NPU 0001181-02.2010.8.17.0660, que julgou procedente o pedido da autora, ora apelada, nos seguintes termos:

“ISTO POSTO, diante de tudo o mais que dos autos consta e princípios de direito aplicáveis à espécie, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para determinar que o Município de Goiana incorpore, pagando as parcelas vincendas, na remuneração da servidora pública *ANA MARIA DA CRUZ ALCOFORADO*, já qualificada, as gratificações adicionais por tempo de serviço calculadas sobre o vencimento do cargo, correspondente a 10% (dez por cento) por quinquênio de efetivo exercício prestado ao Município, em nº de três (3). Condene, ainda, ao pagamento das prestações vencidas durante os últimos 5 (cinco) anos, nos termos do Dec. 20.910/32, tudo a ser apurado em liquidação de sentença. Em consequência extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, em consequência torno sem efeito jurídico de espécie alguma a tutela antecipada de fls.54/57.

Conforme o disposto no art. 475, § 2º do Código de Processo Civil, não se vislumbra sujeição da presente sentença ao reexame necessário.

Condene o promovido em custas processuais e honorários de advogado em 20% do valor da condenação, com base no art. 20, §4º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.”

No caso em tela, sustenta a autora/apelada ser servidora pública municipal desde 21/05/1990, de modo que teria completado o período aquisitivo para percepção de quatro quinquênios, mas, no entanto, viria recebendo apenas um desses adicionais por tempo de serviço.

Por tais razões, recorreu às vias judiciais para a percepção dos adicionais por tempo de serviço a que alega fazer jus, asseverando ter o Município deixado de conceder e pagar o 2º; 3º; e 4º quinquênios nas datas de 20/05/2000, 20/05/2005 e 20/05/2010 (fls. 04), em conformidade com o art. 1º da Lei Municipal nº 1.574/89, que adotou a Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) para os servidores do Município de Goiana.

Ressalta, ainda, que “a *Emenda Constitucional Estadual nº16/99 revogou algumas gratificações e garantias da Lei Estadual nº 6.123/68, dentre elas (...) os quinquênios*” e o Município de Goiana, “*considerou automaticamente extinto o quinquênio dos seus*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

servidores em razão da mutação legislativa estadual sem produzir lei municipal própria para esse fim” (fls. 05).

No apelo voluntário, argüi o Município (fls. 74/90) **preliminarmente**, a prescrição das prestações existentes antes dos últimos 5 (cinco) anos contados do protocolo da inicial, e no **mérito** aduz que: (i) houve a supressão do direito aos quinquênios com o advento da Emenda à Constituição Estadual nº 16/99, de 04.06.1999; (ii) a própria lei orgânica do Município, que previa a gratificação por tempo de serviço, foi posteriormente alterada, suprimindo tal direito, bem como que a gratificação reclamada não encontra guarida na LC nº 18 de 22 de dezembro de 2009 - Estatuto do Servidor Público de Goiana; (iii) o débito referente às verbas salariais devidas à apelada teria sido contraído pela administração anterior, sendo que o respectivo pagamento, sem prévio empenho, afrontaria a Lei nº 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); (iii) o Administrador Público está vinculado ao princípio da legalidade (art. 37, *Caput*, CF/88), “*estando adstrito à observância da lei, não podendo se afastar dessa regra constitucional, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade civil ou criminal, conforme o caso*”.

Igualmente, insurge-se quanto ao valor aplicado a título de honorários advocatícios, pugnado pela incidência do disposto no art. 20, § 4º do CPC.

Por fim, pleiteia a aplicação do artigo 1º- F da Lei nº 9.494/97.

Contrarrazões às fls. 93/96, pugnando pela manutenção da sentença vergastada.

O Ministério Público com assento neste Tribunal absteve-se de ofertar parecer, por não vislumbrar a existência de interesse público primário a ensejar a intervenção do *Parquet* (fls. 108/111).

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 02 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0332237-0
COMARCA: Goiana
APELANTE: Município de Goiana
APELADA: Ana Maria da Cruz Alcoforado
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De início, afasto a arguição de **prescrição dos próprios quinquênios**, anteriores aos últimos 5 (cinco) anos contados do protocolo da inicial, pois a prestação pecuniária pretendida renova-se mensalmente, consistindo em relação de trato sucessivo, reabrindo-se o prazo prescricional a cada omissão mensal do pagamento correto, prescrevendo apenas as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação.

No mérito, a questão trata de pagamento do adicional por tempo de serviço (quinquênio) à servidora pública municipal de Goiana.

Pois bem.

O referido adicional foi instituído pela Lei Municipal nº 1.574/89 (fls.32), que, adotando os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68, assegurou aos servidores públicos municipais, dentre outras vantagens, o adicional por tempo de serviço.

Ocorre que o fato de o Município ter adotado para os seus servidores o estatuto dos servidores públicos estaduais, mediante remissão à Lei Estadual nº 6.123/68, não torna automática a alteração do regime local por força de alteração superveniente das normas estaduais.

Isso porque o texto constitucional dispõe que os entes federados são autônomos e, portanto, não devem ser regidos por disposições oriundas de entes diversos, sob pena de ofensa ao pacto federativo.

Sobre o tema, durante o julgamento do Agravo de Instrumento nº 0182857-3, esta Corte de Justiça dirimiu a questão nos termos seguintes:

"[...] diante da autonomia político-administrativo-financeira de que gozam os entes públicos pertencentes à Federação Brasileira, não é razoável se admitir, sobretudo no que atine às disposições legais que regem os servidores públicos, que a modificação de legislação de ente público estranho, importará a imediata incorporação ao campo das normas jurídicas de ente diverso.

Em casos tais, em respeito à aludida autonomia, mister se faz que haja a manifestação do Poder Legislativo respectivo, a fim de que este se pronuncie e, se positivo o pronunciamento, confira

121
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

legitimidade e legalidade exigidas para emprestar força coercitiva à norma jurídica incorporada ou aceita no ordenamento jurídico local.

Pensar o contrário, é pensar, por exemplo, que criando a União determinado benefício aos seus servidores, este deverá ser automaticamente estendido aos demais servidores estaduais e municipais que compõem a Federação, sem deliberação alguma dos demais entes federativos".

Percebe-se, com isso, que, mesmo diante das alterações levadas a cabo pelo legislador estadual, o adicional por tempo de serviço em exame, denominado quinquênio, continua vigente em relação aos servidores municipais, até que a norma legal (municipal) competente o revogue, nos termos art. 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antiga LICC).

No ponto, anoto a questão já foi enfrentada por esta Corte de Justiça, em diversas ocasiões, orientando-se na mesma direção da fundamentação acima articulada.

A título exemplificativo, apresento os seguintes arestos:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. VENCIMENTOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. QUINQUÊNIOS. EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 16/99. ALTERAÇÕES NA LEI ESTADUAL Nº 6.123/68. APLICABILIDADE IMEDIATA NO ÂMBITO MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. AUTONOMIA DO ENTE FEDERATIVO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. O cerne da questão em apreço reside em verificar se é legítimo ou não o pagamento de quinquênios à autora/agravante, em conformidade com o art. 1º, da Lei Municipal nº 1.574/89, a qual adotou a Lei Estadual nº 6.123/68 para os servidores do Município de Goiana. 2. A Lei Municipal nº 1.574/89 (art. 1º) expressamente determina a aplicação, no âmbito municipal, do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68), assim, o direito da agravante à percepção dos quinquênios não poderia ser automaticamente suprimido em razão das modificações operadas na legislação estadual (ECE nº 16/99), diante da imprescindibilidade da edição de Lei Municipal que extinga a referida vantagem. 3. Precedentes apontados desta Corte de Justiça: 259385-3; 262819-9; 262844-2; 263210-0; 271095-8; 271096-5; 271097-2; 271099-6; 271102-8; 271103-5; 271106-6; 271108-0, 271290-3, 273194-4 e 290066-9. 4. Recurso provido por maioria de votos.

(Agravado 0001056-68.2009.8.17.0660 (313412-1) Relator do Acórdão Des. José Ivo de Paula Guimarães 1ª Câmara de Direito Público 1ª Câmara de Direito Público 29/10/2013 14:00:00)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. MODIFICAÇÕES OPERADAS NA LEI ESTADUAL Nº 6.123/69. APLICABILIDADE IMEDIATA NA ESFERA MUNICIPAL. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INSTRUMENTAL IMPROVIDO. 1. Não incide óbice legal para a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, uma vez que a pretensão do agravado não é relativa à reclassificação, equiparação ou aumento salarial de servidores públicos, posto que o mesmo requer tão somente a reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus



122
9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

proventos, não indo de encontro às vedações previstas na Lei nº 9.494/97. 2. Direito da agravada à percepção do Adicional por Tempo de Serviço, não obstante a extinção da aludida gratificação pela Emenda Constitucional Estadual nº 16/996. 3. As modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/69 não se aplicam automaticamente aos servidores do Município de Goiana, haja vista que a supressão do aludido adicional na esfera municipal, torna-se imprescindível e edição de lei pelo respectivo ente político, obedecendo ao processo legislativo regular, sob pena de violação o postulado constitucional da simetria e da paridade das formas. 4. Agravo de instrumento improvido por maioria.

(Agravo de Instrumento 0002376-96.2009.8.17.0000 (182917-4) Goiana 00000571820098170660 Relator do Acórdão Ricardo de Oliveira Paes Barreto 8ª Câmara Cível 11/3/2010 14:00 Publicação 63)

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIANA. A SUPRESSÃO DO BENEFÍCIO NO ÂMBITO ESTADUAL NÃO PODE PRODUZIR EFEITOS DE FORMA AUTOMÁTICA NA ESFERA MUNICIPAL. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1.A municipalidade agravante, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF), dentre os quais inclui-se a organização do serviço público e do regime jurídico dos servidores, editou a Lei Municipal nº 1.574/99, adotando expressamente, em seu art. 1º, os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) no que diz respeito ao Plano de Classificação de Cargos e Salários. 2.Por sua vez, a Lei Estadual nº 6.123/68, em seu art. 166, assegurava aos servidores efetivos a gratificação adicional por tempo de serviço. 3.Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou suprimido o Adicional por Tempo de Serviço previsto no art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, o que levou o Município agravante a, automaticamente, também suprimir tal direito dos seus servidores. 4.É certo que a abolição do benefício no âmbito municipal não poderia ter se processado de forma automática, isto é, sem a produção de lei municipal própria para este fim, uma vez que, como cedejo, os municípios são entes federativos dotados de uma autonomia própria que se consubstancia nas capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e auto-legislação. 5.Desta feita, a aplicação automática das modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/68 aos servidores do Município ora agravante implica em flagrante violação aos princípios de pacto federativo e da simetria. 6.Por maioria de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento.

(Agravo de Instrumento 0009765-35.2009.8.17.0000 (193572-2) Goiana 00009795920098170660 Relator do Acórdão José Ivo de Paula Guimarães 8ª Câmara Cível 17/12/2009 14:00 Publicação 30)

Visto isso, impende examinar a questão da **verba honorária**, arbitrada em 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Com efeito, nos casos em que sucumbente a Fazenda Pública, a fixação dos honorários ficará adstrita à **apreciação equitativa** prevista no art. 20, § 4º, do CPC, observados os critérios de "*grau de zelo do profissional*"; "*o lugar de prestação do serviço*"; "*a*



123
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço".

Confira-se, a propósito, o teor do seguinte precedente, oriundo do Superior Tribunal de Justiça:

EMENTA:

"PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. FAZENDA PÚBLICA. A regra do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil não significa que, vencida a Fazenda Pública, os honorários de advogado devam ser, necessariamente, arbitrados em montante inferior a dez por cento (10%) do valor da condenação; o juiz, nesse caso, fixa a verba honorária segundo apreciação equitativa, sem outros parâmetros que aqueles definidos nas alíneas "a", "b" e "c". 2. EQUIDADE. "A apreciação equitativa do juiz" constitui conceito jurídico indeterminado, dependente sempre do caso concreto, a cujas peculiaridades o recurso especial não pode descer. Agravo regimental improvido." (AgRg no Ag 199288/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/1998, DJ 23/11/1998 p. 173)

Destarte, é de se manter a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que a sua fixação decorreu da apreciação equitativa, tal como previsto no §4º do art. 20, do CPC, observados, bem assim, os critérios do respectivo §3º, tendo em conta, sobretudo, a pouca expressão econômica da base de cálculo (eis que a condenação global é de valor pequeno).

Em sequência, e no que tange à **atualização monetária** das parcelas atrasadas, impende respeitar o princípio *tempus regit actum*, assegurando a aplicação da Lei Federal nº 11.960/2009 a partir da respectiva vigência, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (em sede de *Recurso Especial* submetido ao regime dos recursos repetitivos):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.

124
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso.
4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.
5. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum.
6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.
7. Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.
8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos.
(REsp 1205946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012)

Por fim, observa-se a ocorrência do erro material na sentença em tela, tendo em vista que, no seu dispositivo, fixou-se o percentual por cada quinquênio da seguinte forma:

“ISTO POSTO, diante de tudo o mais que dos autos consta e princípios de direito aplicáveis à espécie, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para determinar que o Município de Goiana incorpore, pagando as parcelas vincendas, na remuneração da servidora pública *ANA MARIA DA CRUZ ALCOFORADO*, já qualificada, as gratificações adicionais por tempo de serviço calculadas sobre o vencimento do cargo, correspondente a 10% (dez por cento) por quinquênio de efetivo exercício prestado ao Município, em nº de três (3). Condeno, ainda, ao pagamento das prestações vencidas durante os últimos 5 (cinco) anos, nos termos do Dec. 20.910/32, tudo a ser apurado em liquidação de sentença. Em consequência extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil, em consequência torno sem efeito jurídico de espécie alguma a tutela antecipada de fls.54/57.”(grifei)

No entanto, o percentual **por quinquênio** pleiteado na petição inicial corresponde a 5% (cinco por cento), e não a 10% (dez por cento).

Diante disso, explícito que esse trecho do dispositivo deve se adequar ao que foi pedido na petição inicial, qual seja o correspondente a 5% (cinco por cento) por quinquênio, em número de 3 (três) mormente porque, de acordo com o artigo 463, I, do CPC, o erro material é corrigível de ofício, a qualquer tempo.

Nesse sentido:

125



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. ERRO MATERIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO DE OFÍCIO E A QUALQUER TEMPO. PRECEDENTES DO STJ. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. HIPÓTESE DIVERSA. SÚMULA 456/STF. AJUIZAMENTO E CITAÇÃO SOB A ÉGIDE DA ORIGINAL DISPOSIÇÃO DO ART. 12, I, DA LEI 8.742/93. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. ATO JURÍDICO PERFEITO. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO ATÉ A TRANSFERÊNCIA DO ENCARGO PARA O INSS. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o erro material pode ser sanado a qualquer tempo, inclusive de ofício, sem que se ofenda a coisa julgada.

2. Tratando-se de feito que tramita há quase dezesseis anos, não se afigura equilibrado, mas, ao contrário, de duvidoso efeito prático, o raciocínio de que o processo deveria ser extinto, nesta instância, sem resolução do mérito, notadamente diante do que dispõem o art. 257, in fine, do RISTJ, e, por analogia, o verbete sumular 456/STF.

3. A União é parte legítima para figurar no polo passivo das ações que busquem a concessão de benefício assistencial de prestação continuada, quando ajuizadas na vigência da disposição original do art. 12, I, da Lei 8.742/93. Precedentes do STJ.

4. É incabível inovação recursal em agravo regimental ou embargos de declaração.

5. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 749.019/MS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 15/04/2010, DJe 10/05/2010) (grifei)

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a: (i) corrigir o erro material do dispositivo da sentença, explicitando que as gratificações adicionais por tempo de serviço devem ser calculadas sobre o vencimento do cargo, correspondente a 5% (cinco por cento) por quinquênio de efetivo exercício prestado ao Município; e (ii) determinar que a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre a condenação imposta à Fazenda Pública seja efetuada de acordo com a regra constante do art. 1º-F da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.960/2009, ou seja, mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros das cadernetas de poupança, mantendo íntegros os demais termos da sentença *a quo*.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator